



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 96/XII/ 2.^a SL

Aos 26 dias do mês de outubro de 2012, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII/2.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2013

Relator: Deputado Agostinho Lopes (PCP)

2. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 147/XII/1.^a – Contra o encerramento do infantário da CP na cidade do Entroncamento

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

3. Petição n.º 174/XII/2.^a – Pretende que se legisle no sentido de alterar o prazo de concessão das Parcerias Publico Privadas

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade

- Nomeação de relator (cabe ao CDS-PP)

4. Outros assuntos

Por impossibilidade de presença do Senhor Presidente da Comissão presidiu à reunião o Senhor Vice-Presidente, Deputado Hélder Amaral.

1. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII/2.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2013

Relator: Deputado Agostinho Lopes (PCP)

Pelo Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) foi apresentado o parecer sobre a PPL n.º 103/XII/2.^a, na parte atinente ao Ministério da Economia e do Emprego, tendo realçado a contradição entre as políticas e o orçamento para o Ministério da Economia e do Emprego para responder à situação económica do país e o que é anunciado



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 96/XII/ 2.^a SL

como objetivo da política para responder à crise e considerado que a situação ainda se vai agravar.

Pronunciaram-se, a este propósito, os Senhores Deputados Duarte Cordeiro (PS), para cumprimentar o relator, considerar que o Orçamento do Estado tem um carácter muito arriscado e algo perigoso, pelo que algumas das estimativas para o próximo ano, a não se verificarem, comportam uma revisão significativamente em baixa nas receitas fiscais, com incapacidade de reduzir o défice do Estado, e afirmar que o Ministério da Economia e do Emprego não é uma componente estratégica deste Governo, porque não se descortina em que medida este Governo pretende que o Ministério da Economia e do Emprego estimule o desenvolvimento da economia com as dotações que tem previstas; e Paulo Baptista Santos (PSD), para afirmar que, no parecer do PCP, a única coisa com que o PSD concorda é com o parecer propriamente dito, e que o relator deveria ter reservado a sua opinião para a parte que lhe está destinada, em vez de a veicular nos considerandos.

Respondeu o relator, para lembrar que há muito tempo defende que estes relatórios não devem ser neutros, nem um mesmo formalismo parlamentar, se não, bastaria substituí-los por um relatório técnico elaborado pelos serviços da Assembleia da República. Considerou inevitável que a leitura que o PCP faz seja diferente da que os partidos que suportam o Governo fazem e afirmou que ficaria com um peso na consciência se não colocasse no relatório a sua opinião clara que tem quanto ao que vai acontecer.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para referir que, se se submeter a votação todo o parecer, acaba por ser aprovado apenas a parte do parecer propriamente dito, esvaziando-se todas as outras partes do parecer, e para sugerir que o PSD apresentasse propostas de alteração em relação aos pontos com que não concordava.

Respondeu o Deputado Paulo Baptista Santos (PSD), para referir que não podia fazer uma interpretação diferente da que faz o Regimento em relação às partes do relatório



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 96/XII/ 2.^a SL

que têm de ser submetidas a votação e que, previamente, tinha proposto algumas alterações ao relator, que este rejeitou.

Submetido à votação, foi o ponto 1 da Parte I (Considerandos) do parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Os pontos 2, 3, 4 e 5 da Parte I foram rejeitados, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e a abstenção do PS.

A Parte III (Conclusões) do parecer foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP.

A Parte IV (Parecer) do parecer foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

2. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 147/XII/1.^a – Contra o encerramento do infantário da CP na cidade do Entroncamento Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

De seguida, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) apresentou o relatório final da petição n.º 147/XII/1.^a, tendo realçado que o objeto inicial da petição tinha sido ultrapassado durante o processo e os peticionários tinham participado e contribuído para a solução encontrada para o problema que a originou.

Usou da palavra a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD), para cumprimentar o relator, expressar o seu lamento pelo facto de o Governo não ter respondido ao pedido de informações da Comissão e congratular-se com a solução que se conseguiu encontrar para o problema exposto pelos peticionários, para a qual também contribuiu o apoio da Câmara Municipal do Entroncamento.

Submetido à votação, foi o relatório final aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 96/XII/ 2.ª SL

3. Petição n.º 174/XII/2.ª – Pretende que se legisle no sentido de alterar o prazo de concessão das Parcerias Publico Privadas

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
- Nomeação de relator (cabe ao CDS-PP)**

O Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação a nota de admissibilidade relativa à Petição n.º 174/XII/2.ª, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP)

4. Outros assuntos

Finalmente, o Senhor Presidente lembrou os Deputados que na semana seguinte, em virtude da discussão em Plenário da Proposta de Lei de Orçamento do Estado para 2013, a reunião da Comissão iria realizar-se na segunda-feira, dia 29, às 15 horas, para a parte ordinária da reunião, estando ainda agendadas as audições do Ministro da Economia e do Emprego, às 16 horas, e do Presidente da Estradas de Portugal, às 18 horas.

A reunião foi encerrada às 10:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2012.

O VICE-PRESIDENTE

(HÉLDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 96/XII/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Nuno Filipe Matias
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Heloísa Apolónia
Luís Campos Ferreira
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Fernando Jesus